



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL  
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

# **34ª Reunião Ordinária**

## **Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)**

**26 de março de 2012**

**BRASÍLIA-DF  
2012**

1 Aos vinte e seis e vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e doze, reuniu-se no Auditório  
2 do Bloco A da Esplanada dos Ministérios em Brasília – DF, o Conselho Nacional de Promoção da  
3 Igualdade Racial – CNPIR/SEPP/PR, para a sua Trigésima Quarta Reunião Ordinária, com a  
4 participação dos seguintes Conselheiros e Conselheiras representantes de entidades da Sociedade  
5 Civil: **Altair dos Santos Lira – Federação Nacional das Associações de Doenças Falciforme -**  
6 **FENAFAL (titular); Ana José Alves – Fórum Nacional de Mulheres Negras - FNMN (suplente);**  
7 **Célia Gonçalves Souza – Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-brasileira -**  
8 **CENARAB (titular); Clédisson Geraldo dos Santos Júnior – União Nacional dos Estudantes -**  
9 **UNE (titular); Cleide Almeida – Conselho Nacional Afro-brasileiro - CNAB (suplente); Edson**  
10 **Luis de França – Representante Notório; Eduardo Ferreira De Oliveira – Conselho Nacional**  
11 **Afro-brasileiro - CNAB (titular); Francisco das Chagas Silva – Rede Amazônia Negra - RAN**  
12 **(titular); Guanair dos Santos Silva – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB**  
13 **(suplente); Helcias Roberto Paulino Pereira – Agentes de Pastoral Negros - APN's (titular); Ivo**  
14 **Fonseca Silva – Representante Notório; João Carlos Borges Martins – Associação Nacional dos**  
15 **Coletivos de Empresários Negros e Empreendedores Afro-brasileiros - ANCEABRA (titular);**  
16 **Maria Helena Azumezohero – Representante Notório; Maria Júlia Reis Nogueira (titula) –**  
17 **Central Única dos Trabalhadores - CUT (titular); Mirian Stanescon Batuli de Siqueira –**  
18 **Fundação Santa Sara Kali (titular); Rita Bárbara Garcez Lima – Instituto Nacional da Tradição**  
19 **e Cultura Afro-brasileira - INTECAB (suplente); Sioney Ricardo Leão – Federação Nacional dos**  
20 **Jornalistas - FENAJ/CONAJIRA (suplente); Sofia Débora Levy – Confederação Israelita do**  
21 **Brasil - CONIB (titular); Valdice Gomes – Federação Nacional dos Jornalistas -**  
22 **FENAJ/CONAJIRA (titular); Valkiria de Sousa Silva – Centro Nacional de Africanidade e**  
23 **Resistência Afro-brasileira - CENARAB (suplente); Vera Regina Paula Baroni – Articulação de**  
24 **Mulheres Negras Brasileiras - AMNB (titular). Conselheiros e Conselheiras representantes de**  
25 **Órgãos governamentais: Leia Bezerra do Vale – Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Walmir**  
26 **Martins – Secretaria Geral da Presidência da República - SG/PR; Geraldo Magela da Trindade**  
27 **– Secretaria Geral da Presidência da República - SG/PR; Viviane Fernandes Farias – Ministério**  
28 **da Educação (suplente); Eduardo Gomor dos Santos – Minis. Do Planejamento (suplente);**  
29 **Walter Barbosa Vitor – Ministério da Justiça (titular); Maria José Monteiro – Ministério da**  
30 **Integração Nacional (suplente); César Ramos – Ministério das Cidades. Convidados e**  
31 **Convidadas: Carmem Lustosa – Assessoria de Comunicação – ASCOM/SEPP/PR; Marcos**  
32 **Aurélio – Secretaria Executiva – SEPP/PR; Maraísa Almeida SPAA – Ações Afirmativas –**  
33 **Assessora Técnica - SEPP/PR; Aderbal B. Costa - Aderbal Ashogun – Comissão Nacional dos**  
34 **Povos de Terreiros; Ana Flávia R. M. Souza – SECOMT/SEPP/PR; Silvany Euclênio –**  
35 **Secretária SECOMT/SEPP/PR; Mônica Oliveira Gerente/SPAA – SEPP/PR; Magali S. S.**  
36 **Naves – Coordenadora da Assessoria Internacional – SEPP/PR; Ângela Guimarães –**  
37 **Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Justiça - SNJ/SG-PR; Artur Sinimbu Silva –**  
38 **Assessor Técnico – SEPP/PR; Bruna Maria – SEPP – EPPG; Carmem Lustosa – SEPP –**  
39 **Jornalista; Jucy Machado – Coordenadora ASCOM/SEPP/PR; Luiz Alberto – SEPP –**  
40 **Gerente; Ronaldo de Oliveira – SEPP – SECOMT; Rui Silva Santos – DAGEP/MS; Cleide**  
41 **Almeida, CNAB. As atividades da Trigésima Quarta Reunião Ordinária iniciaram no dia vinte e seis**  
42 **de março, com a seguinte programação: Item 1 – Abertura: Os trabalhos da 34ª Reunião Ordinária do**  
43 **Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial do CNPIR/SEPP/PR foi iniciada pelo**  
44 **Secretário Executivo da SEPP, Mario Lisboa Theodoro, Suplente da Ministra Luiza Bairros no**  
45 **CNPIR. O senhor Conselheiro, Mario Lisboa Theodoro procedeu à abertura da 34ª Reunião Ordinária**  
46 **do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/SEPP/PR, saudou os membros do**  
47 **Conselho presente à Trigésima Quarta Reunião Ordinária do CNPIR e após verificação do quorum foi**  
48 **instalada a 34ª Reunião Ordinária. Item 02 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR DO**  
49 **CNPIR: Foi retirada da pauta a ata da 32ª Reunião Ordinária do CNPIR, devido ao atraso na entrega da**  
50 **empresa responsável pela gravação. Item 03 – INFORMES GERAIS: Conselheiro HELCIAS**  
51 **ROBERTO PAULINO PEREIRA (Agentes de Pastoral Negros – APN's): informou que no dia 16 de**

1 março houve o lançamento dos 30 anos dos agentes de Pastoral Negros do Brasil em São Paulo, e que  
2 vão a cada mês em um Estado diferente, fazendo uma prévia dos 30 anos. A festa será nos dias 14 a 17  
3 de março de 2013, em Alagoas, onde farão uma vigília afro dentro de toda a programação na Serra da  
4 Barriga, farão uma grande homenagem a Zumbi e todos os guerreiros em abril, os APN's vão realizar  
5 uma assembléia nacional eletiva. Convidada **Cleide Almeida** (CNAB) informou que no dia 24 de  
6 março, teve o Congresso da Federação das Mulheres Paulistas e na Federação tem a Secretaria da  
7 Mulher Negra e a entidade tomou a bandeira de luta, o combate ao racismo, ao preconceito e a  
8 igualdade racial. Vão realizar atividades em todo o calendário da comunidade junto com a  
9 implementação da lei 10.639, implementação do estatuto da igualdade racial. Outro informe é que em  
10 abril, do dia 08 ao dia 12, o Congresso da Federação Democrática Internacional de Mulheres. É a  
11 primeira vez em 67 anos que esse congresso vai ser realizado aqui no Brasil e a presidenta da FDIM,  
12 uma brasileira, Márcia Campos, convidou todos os conselheiros e conselheiras para o congresso.  
13 Conselheira **SOFIA DÉBORA LEVY** (Confederação Israelita do Brasil – CONIB): comunicou que  
14 tem mantido contato e participado das reuniões da CCIR, Comissão de Combate a Intolerância  
15 Religiosa no Rio de Janeiro, de forma a disponibilizar uma maior facilidade de intercâmbio entre o  
16 Conselho de Promoção da Igualdade Racial e esta comissão especificamente. Devido ao ocorrido em  
17 Tulussit e todos os conselheiros devem ter tomado ciência, alguns se solidarizaram. Sugeriu do CNPIR  
18 e da SEPPIR fazer um comunicado formal de repúdio a esta ocorrência, como outras entidades já  
19 assim fizeram e estão a fazer, seja no Brasil ou seja ao longo de outros países do mundo. Conselheira  
20 **ANA JOSÉ LOPES** (Fórum Nacional de Mulheres Negras- FNMN): informou que Campo  
21 Grande/MS realizou a primeira marcha das mulheres e a primeira marcha das vadias, realizada no dia  
22 10. Falou do seminário sobre o 21 de março, DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A  
23 ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL. Participou do Seminário da gestão do SUS que foi  
24 a região Centro-Oeste, a primeira que teve a iniciativa. Conselheira **VALDICE GOMES DA SILVA**  
25 (Federação Nacional dos Jornalistas/ CONAJIRA): - comunicou que no dia 21, em Brasília, aconteceu  
26 o lançamento do catálogo do Prêmio Jornalista de Abdias do Nascimento, que é um prêmio idealizado  
27 e promovido pelo sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, através da comissão de jornalistas pela  
28 igualdade racial e tem o apoio de todas as Cojiras. Esse lançamento do catálogo, continua em mais 5  
29 cidades. Maceió será na próxima quinta-feira, mas também vão acontecer em Salvador, São Paulo, Rio  
30 de Janeiro e João Pessoa. Esse prêmio é um esforço das Cojiras de estimular para que a imprensa,  
31 principalmente a grande imprensa produza cada vez mais reportagens de qualidade com relação ao  
32 tema da Igualdade Racial. Conselheiro **GERALDO MAGELA DA TRINDADE** (Secretária-Geral da  
33 Presidência da República): após se apresentar, também apresentou seu colega Walmir. Informou que na  
34 Secretaria tem três frentes de atuação, uma é a agenda presidencial; uma outra é estimular a sociedade,  
35 os governos a batalharem em prol dos objetivos do milênio e uma terceira que se chama Agenda  
36 Brasil, onde faz debates sobre temas de interesse da sociedade e do governo, estão cadastrando os  
37 conselheiros e conselheiras nos estados e, assim, poderem mobilizar para essas três frentes. Quando  
38 tiver, por exemplo, uma agenda em Alagoas, quer contar com o conselheiro, participando, ajudando  
39 mobilizar e assim por diante. Os conselheiros são pessoas muito importantes e tem que ser  
40 reconhecidos no seu Estado enquanto liderança e isso estão presente nessas três frentes, agenda  
41 presidencial, objetivos do milênio e a Agenda Brasil. Conselheira **VIVIANE FERNANDES FARIA**  
42 (Ministério da Educação) informou que no dia 20, terça-feira passada, o Ministério da Educação numa  
43 ação conjunta com a SEPPIR lançaram o Programa Nacional de Educação do Campo e Quilombola, o  
44 PRONACAMPO com ações específicas as escolas das comunidades quilombolas do Brasil inteiro, são  
45 séries de ações para qualificar o acesso e também a melhoria de aprendizagem nessas escolas e  
46 posteriormente, poderemos passar a todos os conselheiros e conselheiras as ações e a forma de adesão.  
47 O importante é que algumas já estão disponíveis, principalmente, a educação em tempo integral para  
48 as escolas quilombolas que já podem fazer a adesão pelo SIMEC do Ministério da Educação.  
49 Conselheiro **ALTAIR DOS SANTOS LIRA** (Federação Nacional das Associações de Doença  
50 Falciforme – FENAFAL): informou que em abril, a Associação de pessoas com doença falciforme da  
51 Bahia, estará fazendo aniversário, completando 11 anos e que não é um momento só de comemoração,  
52 mas de preocupação, é o estado que tem a maior prevalência da doença falciforme no Brasil. Cobrou

1 resposta ao problema de dois africanos em Ilhéus, foram descobertos no navio e houve agressão, sendo  
2 espancado e hoje é que se tomaria as providências junto a Polícia Federal, solicitou que a SEPPIR  
3 acompanhe o problema desses dois africanos em Ilhéus, sul da Bahia. Conselheiro **EDUARDO**  
4 **FERREIRA DE OLIVEIRA** (Congresso Nacional Afro- Brasileiro- CNAB): Agradeceu a presença  
5 da Ministra na reunião e saudou o Pleno. Considera que tem sido produtiva a reunião no interesse  
6 específico como a igualdade racial e dizer que lamentam amargamente o que houve em Guarujá em  
7 relação ao militante. Toda violência, todo crime, toda brutalidade nos chama muito a atenção, porque  
8 nós fomos frutos praticamente desse tipo de brutalidade através das gerações em que a África se fez  
9 presente no mundo Ocidental. Tendo isso como repúdio, disse que não poderemos tolerar a forma cruel  
10 com que foi assassinado o presidente do PPL no Guarujá, Ricardo Joaquim Augusto de Oliveira, dia 8  
11 de março, o PPL é o Partido Pátria Livre do qual faz parte da Executiva Nacional. Solicitou uma  
12 moção de repúdio. Pediu as providências cabíveis a serem aplicadas, a partir dos interesses nacionais,  
13 porque tudo que realmente possa sangrar a nossa sociedade de uma forma criminosa, abre um  
14 precedente perigoso e que nós devemos estar sempre vigilante para que isso não aconteça, isso seria  
15 uma oportunidade para resgatarmos a memória e dizer que nós não comungamos com esse tipo de  
16 procedimento. Conselheiro **CLÉDISSON GERALDO DOS SANTOS JÚNIOR** (União Nacional dos  
17 Estudantes): informou da conferência realizada pelo coletivo nacional da juventude enegrecer, nos dias  
18 12 e 13 de março, em Salvador. Nessa conferência, além de encaminhar uma nova coordenação  
19 nacional da organização, a conferência teve como centro de debate, a economia política e econômica  
20 da juventude negra no centro da agenda de desenvolvimento. Tiraram como resolução uma grande  
21 mobilização a partir do processo de articulação com as demais organizações da juventude negra no  
22 Brasil, a participação e incidência no Rio +20, em junho, no Rio de Janeiro. Nos próximos dias  
23 publicaram as resoluções do encontro. Disse que estava no processo de transição no Conselho, deixará  
24 de ser conselheiro, passará a cadeira que ocupa para um companheiro que assumirá as tarefas daqui pra  
25 frente, pois já está acertando esse processo de transição e, disse que muito aprendeu nesse espaço e que  
26 podem contar com ele para além e vai estar construindo as nossas relações, nossas responsabilidades  
27 políticas no processo, tanto a juventude negra como o conjunto da população negra brasileira em  
28 outras áreas. Conselheira **MIRIAN STANESCON BATULI DE SIQUEIRA** (Fundação Santa Sara  
29 Kali - FSSK): narrou um fato muito doloroso de violência contra o povo cigano, como sempre  
30 aconteceu no Brasil e sabe que foi empurrado para debaixo do tapete. Esteve em Curitiba participando  
31 do júri no julgamento da mãe e filho que estavam presos há 5 anos, mesmo inocentes em Curitiba.  
32 Falou da denúncia que fez sobre os ciganos do Maranhão e que até o momento não teve resposta. Foi  
33 convidada pelos colegas de defesa a fazer parte do júri como advogada. Todos os recursos foram  
34 negados. Na interceptação telefônica quis saber quem fez a tradução de romanês e qual foi o perito que  
35 fez essa tradução? Traduziu tudo ao contrário para poder colocar mais culpas nos pobres ciganos.  
36 Depois traduziu ao pé da letra o que realmente estava escrito. O caso foi um crime hediondo, onde uma  
37 menina de 9 anos foi estuprada, morta barbaramente. Quando a polícia prendeu esse casal, mãe e filho,  
38 eles tinham viajado, a menina passou vendendo uma rifa, o rapaz comprou a rifa e dali eles viajaram,  
39 porque o irmão mais velho estava casando em Porto Alegre e cigano tem três dias de festa, antes tem a  
40 matança dos porcos, dos carneiros para se preparar à festa e eles nem lá estavam. Quando chegaram de  
41 volta dessa festa, encontraram a casa vasculhada, foram na delegacia para registrar ocorrência  
42 pensando que era ladrão. Quando chegaram na delegacia foram presos como suspeitos de um crime  
43 por ser o ritual mágico. Encontraram na casa deles uns bonequinhos dados pelo Mac Donald's, eles  
44 disseram que eram bonequinhos satânicos. Foi feito o DNA do cabelo, pois os ciganos guardam os  
45 cabelos e o cabelo era realmente desta senhora. A anágua que acharam desta menina que tinha 15 dias  
46 de casada, é um ritual cigano, a moça cigana quando bota vestido de noiva, ela é virgem, ela não se  
47 fantasia de virgem, ela é virgem, pois é uma tradição cigana casar virgem, só bota vestido de noiva  
48 quem realmente for virgem e existe a morte da virgindade e nada mais é do que essa anágua manchada  
49 e que a gente guarda para o resto da vida. Conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA – RAN**  
50 (titular): lembrou o caso do professor que foi humilhado e oprimido por um pastor e a questão dos  
51 haitianos que continuam em Rondônia, pior, porque o Acre foi alagado e os quilombolas sofrem com o  
52 alagamento. Falou do ofício convidando-o para participar, que recebeu do Fórum Alternativo Mundial

1 da Água (FAME), em Marselles. Começou agora no dia 9 e terminou dia 17. A SEPPPIR não pôde  
2 atender o pedido por conta do prazo. Esse fórum que acontece da Água Mundial, é um fórum que as  
3 empresas de corporações mundiais criaram para dizer que tem um fórum popular da água, por isso que  
4 tem o fórum paralelo e ele está no GT da água para a Rio + 20 e lembrar aqui o seguinte, a minha ida a  
5 França não seria para passear e conhecer a Europa, até porque eu fiz o meu mestrado na Espanha,  
6 então eu não tenho nenhum interesse em ir a Europa, só por ir. Conselheira **MAKOTA CÉLIA**  
7 **GONÇALVES SOUZA** (Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro- Brasileira –  
8 CENARAB): Pediu bênção dos mais velhos e os mais novos e depois informou que é com tristeza,  
9 com surpresa e misto de indignação seu informe. Teve negado da SEPPPIR uma declaração de anuência  
10 para que pudesse fazer um comodato de prédio público e colocar o projeto de convênio com a SEPPPIR.  
11 O projeto conveniado nesse espaço que é do governo federal. Cobrou uma resposta política para o  
12 departamento jurídico, que era importante essa declaração, seria a oportunidade de colocar um projeto  
13 da escola de empreendimento solidário num espaço público já cedido pelo Ministério do Planejamento  
14 e, que felizmente uma declaração da SEPPPIR, já teria tomado posse das chaves. É uma declaração de  
15 anuência, dizendo que a SEPPPIR não se opõe a esse comodato, não é a certidão que conta, mas é o  
16 papel político, porque quando o CENARAB conversou com a SPU, eles pediram 3 declarações,  
17 solicitaram as declarações no MDS, na Educação e na Cultura e quem tem acompanhado é a assessoria  
18 do Ministro Gilberto Carvalho nesse processo, mas politicamente, a única declaração que importava  
19 era da SEPPPIR, porque eliminaria todas as outras declarações, pois esse foi o acordo que fizeram com  
20 a SPU, se a SEPPPIR der a declaração de que tem o convênio e não tem nada contra ao comodato, assim  
21 não precisaria das declarações nem da Cultura, nem da Educação e nem do MDS. Questionou se o  
22 CENARAB no Conselho é digno de receber uma declaração de anuência, onde se fala do trabalho da  
23 entidade. Irá chamar uma reunião nacional, o ponto da reunião é a saída pública do Conselho em  
24 função disso, porque se não pode receber da SEPPPIR uma declaração de anuência falando do projeto  
25 que tem e do convênio com a própria SEPPPIR, qual é papel dentro desse Conselho e porque passou por  
26 um processo, como todas as entidades passaram? Não adianta reconhecer a entidade, estar no Conselho  
27 e na hora de dar uma declaração de anuência do trabalho diz que não pode dar, estão conseguindo de  
28 todos os outros Ministérios e a única negativa foi a da SEPPPIR. Conselheira **RITA BÁRBARA**  
29 **GARCEZ LIMA** (Instituto Nacional de Tradição e Cultura Afro Brasileira/INTECAB): informou que  
30 o INTECAB começou na Bahia uma ação chamada “Sábado no Axé” para estimular a convivência dos  
31 terreiros com as comunidades onde elas estão inseridas e se aproximar mais das pessoas que estão em  
32 nosso entorno numa forma também de combater a intolerância religiosa de que somos vítimas. Os  
33 terreiros de candomblé são vítimas principais da intolerância religiosa no estado, mesma a Bahia sendo  
34 o estado mais negro do Brasil, sendo o berço do candomblé, ainda é o principal na intolerância  
35 religiosa. Socializou a informação para que outras pessoas que são de comunidades de terreiros  
36 possam estender essa atividade a outros estados, porque é um projeto razoável e louvável de ser  
37 desenvolvido em outras comunidades. Conselheiro **MÁRIO LISBÔA THEODORO** (Secretário  
38 Executivo da SEPPPIR): informou que a SEPPPIR não poderia fazer essa declaração sem passar pelo  
39 jurídico. A SEPPPIR é órgão da Presidência da República e tem que passar pela Subsecretaria de  
40 Assuntos Jurídicos - SAJ e como todo órgão de direito público, não pode fazer qualquer coisa, só pode  
41 fazer o que a lei permite e nesse caso, o parecer da SAJ, foi um parecer negativo e tentou conversar  
42 sobre a importância, só que ficou de mãos e pés atados com relação a isso. Quem tiver interesse,  
43 poderá disponibilizar o parecer. Conselheira **LUIZA BAIROS** (Ministra SEPPPIR): disse que entende  
44 o que a conselheira está sentindo. Explicou que as ONGs podem solicitar um prédio público para ter a  
45 concessão de uso. Existe uma lei que regulamenta isso e pode pedir como entidade privada, pedir a  
46 concessão de um prédio público e o uso está restrito para fins sociais, para instalação de unidade de  
47 saúde e etc. Em função do uso, existem os Ministérios correspondentes, a SEPPPIR não está habilitada  
48 para isso, no caso do CENARAB, teria que se incluir como uma atividade cultural ou como uma  
49 atividade de trabalho social, dessa forma não poderá dar essa carta de anuência, ela é dada por essa  
50 vinculação com o uso, isso não impede de falar com esses Ministérios que tem essa capacidade  
51 jurídica de dar essa carta de anuência, porque isso é um documento. Disse que respeita o sentimento do  
52 CENARAB e qualquer decisão que venha a tomar em relação ao Conselho. Questiona a orientação da

1 Secretaria Geral de que uma anuência da SEPPIR substituiria as demais, não foi uma orientação  
2 correta, porque não podemos substituir os outros. Conselheira **VIVIANE FERNANDES FARIA**  
3 (Ministério da Educação): informou que o Ministério da Educação também recebeu o ofício do  
4 CENARAB, com a intermediação do Maurício do gabinete do Ministro Gilberto Carvalho. Em relação  
5 ao MEC, ele vai dar o seu parecer em relação às questões educacionais, que é a instituição e oferta e  
6 solicitaram uma série de documentos, comprovantes, mas precisarão de uma série de documentos que  
7 comprovem a ação educacional da instituição e assim emitir o parecer com base nesses documentos e  
8 também vai encaminhar ao jurídico do Ministério da Educação. Esclareceu que ainda está tramitando  
9 esse processo. Conselheira **MAKOTA CÉLIA GONÇALVES SOUZA** (Centro Nacional de  
10 Africanidade e Resistência Afro- Brasileira – CENARAB): explicou que o processo está caminhando  
11 na SPU desde novembro e o comodato já estava pronto quando um advogado da AGU em Minas  
12 Gerais, ressuscitou uma Portaria de 2001, onde nessa Portaria fala das declarações e eles pediram e  
13 está preocupado com o prazo. Ficou uma semana conversando, só que o Ministério do Planejamento, a  
14 AGU e existem outras entidades interessadas no imóvel, por isso que o superintendente de Minas  
15 Gerais colocou que se tivesse à declaração da SEPPIR, ele conversaria com a AGU enquanto  
16 aguardava o resto dos trâmites. Na época da portaria não existia a SEPPIR. Na verdade, a Portaria fala  
17 de objeto do estatuto da entidade, foi por isso que a SPU colocou, como hoje existe uma Secretaria de  
18 Política de Promoção da Igualdade Racial, a declaração desta secretaria atenderia a AGU até que se  
19 providenciasse todo o resto dos trâmites. **Item 04 – LEITURA E APROVAÇÃO DA PAUTA:** Não  
20 foi apreciada pelo Pleno. **Item 05 - Grupo De Trabalho Do Estatuto Da Igualdade Racial: Sr.**  
21 **MARCOS WILLIAN BEZERRA DE FREITAS** (Assessor do Gabinete da Ministra): informou que  
22 coordenou o grupo de trabalho do GT do estatuto. Fez a observação que recebeu as últimas  
23 informações para fechamento do relatório final na sexta feira, o que significa que este relatório seguirá  
24 durante a semana na íntegra para todos os conselheiros e conselheiras e como precisa discutir esse  
25 relatório com vocês e retomar essa discussão na próxima reunião do Conselho, agora será antecipado  
26 os resultados do GT. O grupo de trabalho do estatuto foi instituído pela Portaria 79, em 8 de julho de  
27 2011, tinha como objetivos principais, avaliar as normas do estatuto e propor as medidas necessárias  
28 para sua efetividade, identificar quais seriam as ações prioritárias, fazer uma avaliação do que é  
29 necessário em termo de regulamentação do estatuto, propor ações de articulação institucional e  
30 interministerial durante todo trajeto de discussão do trabalho e de implementação do processo do grupo  
31 e ao final apresentar um relatório que será submetido ao Conselho. A composição por representantes da  
32 SEPPIR e alguns Ministérios convidados: Educação, Justiça, Saúde, Cultura, Esporte,  
33 Desenvolvimento Agrário, Trabalho e Emprego, Comunicações. Esses constaram inicialmente na  
34 Portaria e outros Ministérios foram posteriormente, durante o processo de realização dos trabalhos  
35 foram convidados e chamados a participar também e foram os seguintes: Cidades, Meio Ambiente,  
36 Políticas para as Mulheres, Secretaria Geral, da Secretaria Nacional de Juventude e o Ministério de  
37 Desenvolvimento Social e Combate a Fome. O prazo para fechar o trabalho do estatuto era 11 de  
38 março. O relatório conta com uma apresentação, uma contextualização da situação do estatuto, desde o  
39 período que ele foi instituído, o processo no Congresso e outras informações importantes. A  
40 metodologia que o grupo utilizou foi uma análise das informações e resultados apresentados pelos  
41 Ministérios. Fizeram também uma análise do estatuto no contexto do PPA e da Lei de Diretrizes  
42 Orçamentárias, que é importante essas informações na implementação do estatuto, uma parte de  
43 estratégias propostas para a implementação e para impulsionar as ações em relação ao estatuto e uma  
44 parte de regulamentação, uma análise completa do estatuto, definindo o que precisa ser regulamentado  
45 e o que não precisa. Em relação ao SINAPIR existiram também algumas atividades, a proposta do  
46 SINAPIR de documento base já estava pronta, mas ela entrou no grupo de trabalho e fizeram propostas  
47 de algumas ações importantes para aprimorar essa proposta de documento base. Não conseguiram  
48 propor todas as regulamentações que são necessárias, mas conseguiram avançar em algumas delas que  
49 são fundamentais a discussão e o anexo VI traz o guia de implementação do estatuto direcionado para  
50 estados, Distrito Federal e municípios, que é uma das principais propostas do GT. Foi feito primeiro  
51 um diagnóstico de implementação do estatuto, como que estava a implementação do estatuto no  
52 âmbito do governo federal, especialmente naquelas áreas de que trata o estatuto, as ações que os

1 Ministérios estavam desenvolvendo, quais eram os resultados que eles haviam obtido com essas ações  
2 e quais os limites de dificuldades. Apenas seis Ministérios enviaram as informações que possibilitaram  
3 a análise dos trabalhos e da implementação do estatuto: Educação, Justiça, Saúde, Comunicações,  
4 Trabalho e Emprego e Política para as Mulheres. Em relação às informações apresentadas, o detalhe e  
5 a análise dessas informações vai na íntegra do relatório que as Conselheiras e Conselheiros vão  
6 receber, separado por áreas. Resumo das ações: Educação 09 ações em execução relacionadas ao  
7 estatuto, 22 na Justiça, 13 na Saúde, 05 no Ministério das Comunicações, 08 no Ministério do Trabalho  
8 e Emprego e 10 na Secretaria de Política para as Mulheres. A questão da regulamentação, o grupo  
9 entendeu que precisa ser regulamentado a partir da análise dos 65 artigos que estão no Estatuto da  
10 Igualdade Racial. Primeiro, o artigo 5º que trata do SINAPIR, depois o artigo 15 que trata das ações  
11 afirmativas, tem dois pontos que pode explorar a partir de uma regulamentação que é definir o que são  
12 as ações afirmativas. E outro ponto importante é que esse artigo abre espaço para discussão em relação  
13 ao decreto 4228 que trata do Programa Nacional de Ações Afirmativas. Depois o artigo 16, trata do  
14 acompanhamento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial e também da parte da  
15 educação, ele é geral e ao mesmo tempo específico direcionando para a educação. O artigo 20 trata da  
16 garantia de proteção à capoeira. O artigo 22 trata do ensino da capoeira e requer que o profissional seja  
17 formalmente reconhecido. O artigo 39, é um artigo que trata da questão da igualdade de oportunidade  
18 no mercado de trabalho, a questão do setor público pelo parágrafo segundo desse artigo que possibilita  
19 e define a criação de legislação específica para tratar dessa questão no setor público especialmente de  
20 reservas de vagas para concurso público. O artigo 40 contém o CODEFAT, que é o fundo de amparo ao  
21 trabalhador, ele é muito importante por causa dos recursos do FAT que atingem diversas áreas. O artigo  
22 42 abre a possibilidade dos critérios para provimento de cargos comissionados, no 39 trata de cargos  
23 efetivos e no 42, trata de cargos comissionados. Os artigos 47 e 48 tratam exatamente do SINAPIR, a  
24 regulamentação está avançando bem e já discutiu com vários atores e entrará em consulta pública  
25 agora em abril. Vai ficar pelo menos 40 dias para fechar uma proposta do SINAPIR. O artigo 49, § 2º  
26 trata da autorização de instituição do SINAPIR e isso está com o fórum intergovernamental da  
27 igualdade racial. O artigo 51 trata das ouvidorias. O artigo 62 que trata do fundo de direito de fuso,  
28 sediar uma definição no estatuto que as condenações fundamentadas em discriminação racial, que é  
29 um fundo que fica no Ministério da Justiça. O Conselho vai dizer quais os projetos que ele considera  
30 que deve ser apoiado pelo fundo. O grupo concluiu que menos de 20% do estatuto dependem de  
31 regulamentação e desses 20%, 10% praticamente serão contemplados pela regulamentação do  
32 SINAPIR, fez algumas propostas de ações para aprimoramento do documento base do SINAPIR.  
33 **SRA. MÔNICA ALVES DE O. GOMES** (Diretora de Programa da Secretaria de Políticas de Ações  
34 Afirmativas): formularam proposições de estratégias para impulsionar a implementação do estatuto em  
35 torno de três estratégias para cada ator identificado. Os atores são um conjunto de organizações, órgãos  
36 ou instituições. O primeiro ator identificado é o governo federal. Para o governo federal foram  
37 propostas 14 estratégias, exemplo: Pactuar a execução de ações conjuntas para a implementação do  
38 estatuto nas diversas áreas de políticas, especialmente aquelas citadas explicitamente no estatuto, na  
39 saúde, educação, cultura, esporte e lazer, acesso a terra, moradia adequada, trabalho, meios de  
40 comunicação e acesso à justiça e segurança. O propõe, são ações complementares ou ajustes nas que já  
41 estão em andamento. Propor ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, a  
42 criação de um programa específico de financiamento para micros empresários negros com prioridade  
43 para mulheres negras. Uma questão que tem sido percebida como fundamental no conjunto de políticas  
44 que a SEPPPIR vem trabalhando é incrementar o recorte de gênero, especialmente no sentido de criar  
45 ações afirmativas que tenham foco nas mulheres negras, o estatuto também traz uma menção sobre  
46 isso e considerando o BNDES, dentro da LDO tem uma série de diretrizes que estabelecem como  
47 prioridade para o BNDES e outras agências de fomento, o investimento na superação da desigualdade  
48 gêneros regionais. Estabelecer parceria com a Controladoria Geral da União - CGU e com o Tribunal  
49 de Contas da União - TCU, visando à inclusão do disposto no art. 46 do Estatuto nas auditorias  
50 realizadas por esses órgãos. O artigo 46 cita que os órgãos da administração pública federal,  
51 autarquias, empresas públicas e de economias mistas federais deverão incluir cláusulas de participação  
52 de artistas negros nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras de caráter

1 publicitário, da inclusão dessas cláusulas para artistas e profissionais negros. No âmbito da SEPPIR é o  
2 sistema de monitoramento da implementação do Estatuto em âmbito federal, a ser preenchido pelos  
3 Ministérios e gerenciado pela SEPPIR, utilizando-se, para tanto, experiências de outros sistemas de  
4 informações existentes no governo. Outra é mensurar e garantir recursos para execução do plano  
5 estratégico, para execução desse conjunto de propostas, no sentido de impulsionar a implementação do  
6 Estatuto da Igualdade Racial. O terceiro item seria construir programa de estágio na SEPPIR  
7 direcionado a estudantes negros (as) que ingressaram no ensino superior pelo sistema de cotas. Para os  
8 governos estaduais, distrital e municipais, destacaram três estratégias, mas citam duas como principais:  
9 1) elaborar um Guia para a implementação do Estatuto em Estados, Distrito Federal e Municípios e  
10 Promover capacitação para gestores na área de captação de recursos, elaboração e controle de  
11 orçamento público. Um item que trará competências gerais nos três níveis de governo no contexto do  
12 estatuto, as responsabilidades das três esferas do governo. Os primeiros passos para a implementação o  
13 grupo de trabalho teve que orientar algo semelhante no nível de estados e municípios. Tem as ações  
14 estratégicas por área de políticas públicas e propostas que foram feitas para os Ministérios, como  
15 podem ser trabalhadas no nível estadual e municipal, exemplo, na área de saúde, a política de saúde da  
16 população negra. Para o segmento de movimento social, uma primeira seria a promoção de uma  
17 campanha de divulgação do estatuto direcionada aos movimentos. A promoção de seminários e debates  
18 públicos sobre a implementação do estatuto da igualdade racial e a promoção e disseminação de  
19 informações e publicações referentes ao estatuto. Para a sociedade em geral, definimos algumas  
20 estratégias também e elas se conectam muito com a dos movimentos. A divulgação do estatuto e a  
21 idéia de que o estatuto seja trabalhado em rádios, tanto rádios abertos como comunitários e também  
22 com contatos com rádios privados, rádios comerciais. A produção de publicação sobre como acessar os  
23 direitos previstos no estatuto, um pouco aquilo que eu tratei antes e a inclusão dos direitos previstos no  
24 estatuto como pauta em TVs abertas, estatais e privadas e a idéia é trabalhar com a comunicação  
25 especialmente. Outros atores e dentro desses outros atores tem a Ordem dos Advogados do Brasil;  
26 formadores de opinião, jornalistas, parlamentares, empresas privadas e tem umas séries de grupos. A  
27 idéia de trabalhar adesão à campanha da igualdade racial a diversos organismos, como a Ordem dos  
28 Advogados do Brasil. Também no âmbito do poder judiciário, trabalhar a campanha e promover o  
29 enfrentamento ao racismo da igualdade racial no âmbito da iniciativa privada. **Item 06 -**  
30 **PROGRAMA NACIONAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS:** Conselheiro **MÁRIO THEODORO**  
31 (Secretário Executivo da SEPPIR): informa que tem uma proposta de um programa nacional de ação  
32 afirmativa e que está prevista no estatuto e estão conversando com cada Ministério para que fique  
33 acordado com os Ministérios e a leve a Presidência da República. Qual foi a concepção, como é que  
34 pensaram em formatá-la? Ele nasce do artigo 24 do estatuto da igualdade racial que diz que a  
35 Secretaria de Promoção da Igualdade Racial compete assessorar direta e imediatamente a presidência  
36 da república, do planejamento, coordenação e execução e avaliação do programa nacional de ações  
37 afirmativas. No âmbito do estatuto já está definido o que se entende por ações afirmativas. O plano vai  
38 estar circunscrito a essa definição, tendo em vista que no caso do estado, poderemos fazer políticas  
39 consertadas com municípios e políticas efetivas e no caso da iniciativa privada, poderemos incentivar,  
40 poderemos sensibilizar, não poderemos fazer muito mais do que isso e é um pouco nessa linha, passa  
41 para o diagnóstico. O diagnóstico que tem com relação à oportunidade de um programa de ação  
42 afirmativa é o seguinte, hoje estaremos entrando num círculo virtuoso de crescimento econômico e  
43 contrariamente ao que aconteceu nos outros ciclos virtuosos, do milagre econômico dos anos 70 e do  
44 crescimento dos anos 30, da época de Getúlio Vargas, naquela época houve crescimento econômico,  
45 mas não houve redução de pobreza, nem de miséria, mas a camada pobre da população continuou  
46 majoritária e isso se reproduziu tanto no ciclo de 30 como no 50. O que acontece agora nesse ciclo e  
47 que é uma diferença, é que estamos vendo redução de pobreza e de miséria de uma maneira muito  
48 efetiva no caso brasileiro e aqui vemos nessas duas linhas que são a população negra e branca que mais  
49 ou menos a partir de 2003 começa um crescimento e é um dado sobre renda per capita, começa um  
50 crescimento muito sustentável, tanto para a população negra, quanto à população branca. Tem muito a  
51 ver com a maturação dos mecanismos vistos na constituição, mecanismos redistributivos que tem a ver  
52 com a criação, por exemplo, de uma extensão da previdência rural, que atingiu uma quantidade



1 significativa para os trabalhadores rurais. Universalização dos serviços públicos, como por exemplo,  
2 saúde, que contou a partir da constituição um colchão previdenciário e assistencial importante e no  
3 governo Lula foram incrementados com diferenças de rendas, principalmente bolsa família e outros  
4 programas, essa junção fez que no crescimento houvesse também uma repartição melhor da renda,  
5 uma apropriação dos benefícios da população pobre e isso resultou na redução da miséria e da pobreza  
6 no Brasil. Olhando com mais acuidade ao gráfico, percebe que a renda da população branca cresce, a  
7 renda da população negra cresce, mas elas não se aproximam. Isso aqui é a desigualdade racial.  
8 Significa dizer que as políticas sociais importantíssimas inauguradas com a constituição e a partir do  
9 governo Lula, elas foram capazes de reduzir a pobreza e a miséria, mas não foram capazes de reduzir a  
10 desigualdades de negros e brancos, para isso precisaremos de um outro conjunto de políticas de  
11 segunda geração que vão complementar as políticas sociais. A distribuição foi muito mais apossada  
12 pela população branca do que pela população negra e tendo em vista que o ensino superior é a porta de  
13 entrada dos melhores empregos e as melhores oportunidades, mesmo no período virtuoso, onde tem  
14 redução da pobreza, redução da miséria, é que o governo precisa fazer alguma coisa mais efetiva para  
15 que além da pobreza e da miséria, enfrentar a desigualdade racial que não é o mesmo problema,  
16 embora eles estejam muito ligados, a idéia é essa, um programa de ações afirmativas. Os dados do  
17 PROUNI somos minorias nessas políticas, o programa de ações afirmativas é um programa que visa  
18 reduzir o diferencial entre negros e brancos. Ele não visa acabar com a pobreza. A pobreza está sendo  
19 combatida com todas essas políticas e a miséria também. O objetivo do programa é reduzir essa  
20 diferença que continua imensa e que continua imutável. É o mecanismo de política pública que  
21 engloba um conjunto de ações a cargo de diferentes Ministérios e Secretaria de estados em  
22 complementação aos esforços governamentais de redução da desigualdade racial brasileira, é um  
23 programa fundamental para que se tenha uma sociedade igual, enquanto esse programa não entrar em  
24 vigor, nós vamos continuar tendo redução de pobreza e miséria, mas com manutenção da desigualdade  
25 da população negra e população branca, portanto, é um programa nacional que vai enfrentar o  
26 elemento que faz a manutenção do diferencial, o que é o racismo. A questão da ação afirmativa é muito  
27 clara, ela vem para reduzir diferenciais causados pelo racismo, ação afirmativa enfrenta o racismo, não  
28 desigualdade, não pobreza e não miséria. O objetivo do programa é equalizar a situação da população  
29 brasileira em geral, eliminando os diferenciais sócios econômicos causados pelo racismo e  
30 promovendo a igualdade por oportunidade. As áreas que o programa vai trabalhar são prioritárias e são  
31 essas quatro áreas: de educação, de trabalho, comunicação e cultura. Criar sistema de cotas para  
32 estudantes negros em todas as universidades e instituições de ensino superior de caráter público, bem  
33 como nos programas governamentais de concessão de bolsa de estudo no Brasil e no exterior e só abre  
34 para estudantes negros de escolas públicas, vai ter uma adequação; Segundo: estabelecer políticas de  
35 cotas em todos os concursos públicos e para preenchimento de cargos de confiança no serviço público;  
36 Terceiro: estabelecer percentual de financiamento de recurso do FAT, visando maior empregabilidade  
37 para a população negra; Quarto: estimular a empregabilidade da população em segmentos selecionados  
38 da iniciativa privada e estimular, porque é para a iniciativa privada e não pode ser de outra forma;  
39 Quinto: Apoiar a produção de peças publicitárias governamentais com protagonistas negros, criar  
40 mecanismos de estímulo a mídia negra, mediante o apoio com verbas para publicidade governamental,  
41 fortalecer os movimentos culturais ligados ao hip hop ou funk ou demais manifestações artísticas de  
42 raízes negras, incentivar e divulgar produções cinematográficas, novelas, peças teatrais, valorizando a  
43 temática racial, tendo artistas negros como protagonistas, incentivar a produção de publicação de  
44 caráter literário e científico e acadêmico sobre a temática racial. Esses são os objetivos. Estabeleceram  
45 as seguintes metas que estão em discussão com o Ministério e que servem de parâmetros. Metas: 1)  
46 beneficiar 50 mil estudantes negros por ano, mediante concessão de vagas nas universidades; 2)  
47 destinar 20 mil bolsas de estudo por ano para estudantes negros em programas governamentais de  
48 concessão de bolsa de estudo no Brasil e no exterior; 3) Assegurar que candidatos negros, desde que  
49 aptos respondam o preenchimento de pelo menos 40% das vagas oferecidas nos concursos públicos; 5)  
50 Destinar 5 mil cargos de confiança no serviço público federal a profissionais negros; 6) Assegurar um  
51 percentual mínimo de 40% dos recursos do FAT, destinados a programas de geração de emprego e  
52 renda para trabalhadores negros; 7) Estabelecer apoio mediante contrato de publicidade governamental

1 de 50 organismos da mídia negra. Esse é um número que ainda está em negociação; 8) Publicar  
2 anualmente 50 obras de caráter literário, científico ou acadêmico sobre a temática racial. O programa  
3 vai vir como programa geral e já está mais ou menos pronto como programa geral e como anexo, nós  
4 vamos ter um plano operativo de cada um dos Ministérios nas quatro áreas. Esse plano operativo vai  
5 dizer o que esse Ministério vai fazer no período e quais as metas que esse Ministério vai ter, quantos  
6 recursos vão alocar, quantos recursos vai ter e qual o cronograma. Isso está em negociação com cada  
7 Ministério. A idéia é levarmos isso já negociado com os Ministérios para a Presidenta da República.  
8 Esperamos ainda nesse mês de abril poder fechar. O programa, ele vem como uma forma de um lado  
9 de cumprir uma lacuna da SEPPIR com relação ao programa nacional de ação afirmativa e a SEPPIR  
10 tem um grande programa na área quilombola e mais detalhado na área de ação afirmativa que são as  
11 duas grandes áreas de ação da secretaria, como oportunidade do país de incorporar a questão racial,  
12 não como uma coisa subsidiária, mas como algo que vai ser fundamental no centro da política social  
13 para que possa acabar com a desigualdade racial. Após apresentação e o debate do Pleno foi deliberado  
14 que as propostas definitivas sejam encaminhadas para as Conselheiras e Conselheiros para serem  
15 debatidas na próxima reunião do Pleno do CNPIR. **SR. SERGIO PEDRO** (Secretário  
16 Executivo/CNPIR): Agradecer ao Marcos Willian, Mônica de Oliveira e Mário Theodoro pela  
17 contribuição. Informou que alguns conselheiros da sociedade civil justificaram a ausência, que foram  
18 Marcio Alexandre e Claudio Aparecido, não puderam vir, um por problema de saúde e Claudio ele não  
19 veio porque deu problema no recebimento da passagem, só chegou até ele à volta, então ele não veio.  
20 Outra coisa que é uma aflição dos conselheiros, a questão das diárias, tem um problema burocrático,  
21 faz a solicitação da passagem, depois que ela é emitida tem um prazo de a ordem bancária para a conta  
22 dos conselheiros (as). Como teve o evento do dia 21 de março, terminou que o período ficou curto e a  
23 grande maioria não entrou ainda o dinheiro na conta. No caso da Makota Célia e Helcias, que as  
24 passagens foram emitidas na sexta-feira no final da tarde, a ordem bancária só vai hoje para o banco.  
25 Pedimos desculpas e também a compreensão dos conselheiros e conselheiras. **Item 07 - RIO +20:**  
26 Conselheira **LUIZA BAIROS**, Presidenta do Conselho (Ministra da SEPPIR): Convidou **Valkiria**  
27 **de Sousa Silva** e **Aderbal B. Costa**, falarem sobre a participação da sociedade civil na Cúpula dos  
28 Povos na RIO +20. Disse que a discussão sobre a Rio +20 já deveria ter acontecido na primeira  
29 reunião do CNPIR, mas não foi possível organizar porque foi logo em janeiro. Explicou que a SEPPIR  
30 tem participado das reuniões da comissão nacional da qual participam os vários ministérios, a  
31 designação de um servidor da Secretaria Executiva que é da Assessoria Internacional, quem  
32 acompanha os processos pela SEPPIR e a participação tem se dado do ponto de vista do processo de  
33 elaboração da contribuição brasileira e a elaboração do documento da conferência. O rascunho  
34 primeiro tem sofrido muitas críticas de vários setores, inclusive do próprio governo brasileiro por  
35 conta de uma série de definições que envolvem essa questão do desenvolvimento sustentável e por  
36 uma série de mudanças nesses últimos 20 anos. Há várias indefinições nessa direção, nossa postura na  
37 SEPPIR foi de no primeiro momento contribuir para um documento que é do próprio governo  
38 brasileiro, estávamos completamente fora desse documento, mas conseguiu fazer essa inserção. Nesse  
39 processo existe uma participação forte, que é da sociedade civil no processo todo da conferência,  
40 **Valkiria de Sousa Silva** é a representação de movimento negro dentro dessa comissão e **Aderbal B.**  
41 **Costa** tem participado dos interesses ligados aos povos tradicionais especificamente os povos de  
42 terreiro. É esse informe que eles trazem hoje que vai somar com outras informações que os setores tem  
43 de sociedade civil. Conselheira **Valkiria de Sousa Silva** – CENARAB (suplente): informou que o  
44 grupo da sociedade civil é chamado de comitê facilitador da sociedade civil que tem um nome de  
45 espaço paralelo da sociedade na cúpula dos povos, representa o Centro Nacional de Religiosidade e  
46 Resistência Afro Brasileiro - CENARAB e representa dentro do GA dessa articulação, do grupo de  
47 articulação facilitador a Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN. Agradeceu o convite  
48 feito pela ministra através do **Sérgio Pedro** (Secretário Executivo do CNPIR), porque é um espaço da  
49 sociedade civil importante na SEPPIR, um órgão que tem uma importância vital na condução do  
50 processo, em especial da conferência oficial. O comitê tem 34 organizações da Sociedade Civil, o  
51 movimento negro era representado pela CONEN e pela CONAQ, agora na última reunião nos dias 18  
52 e 19 no Rio de Janeiro, entrou articulação de ONG's de Mulheres Negras e a Frente Nacional

1 Quilombola. São 4 organizações negras que estão dentro do GA. Discutir o que será a metodologia da  
2 Cúpula dos Povos e da Sociedade Civil. A Cúpula dos Povos se dará a partir do dia 15 de junho até o  
3 dia 23 de junho. O movimento negro representado por essas duas organizações, são organizações que  
4 devem fazer a facilitação do processo da participação da sociedade civil. Ocorreram duas reuniões com  
5 representação nacional do movimento negro brasileiro que aconteceram no Rio de Janeiro na sede do  
6 IBASE, estiveram presente Unegro, MNU e várias entidades. Naquele momento definiram por ter um  
7 espaço nesse território, que será no Aterro do Flamengo, no RJ, esse espaço para marcar sempre a  
8 nossa presença, nossa luta, o quilombo Brasil África. Tiraram nessa primeira reunião, um seminário  
9 nacional, no começo desse ano houve um fórum social temático em Porto Alegre que foi voltado para  
10 conferência e para cúpula dos povos. Lá nós tivemos mais duas reuniões que cominou com a tirada de  
11 um grupo de pessoas, algumas entidades e outras pessoas ativistas que queriam participar do processo  
12 de construção metodológica desse seminário nacional que deve acontecer dia 14 e 15 de abril no RJ.  
13 Essa proposta de seminário ela vem para uma discussão que é o tripé, a economia verde, o  
14 desenvolvimento sustentável e eliminação da pobreza. A ONU está muito preocupada em discutir a  
15 questão do desenvolvimento e a crise que se instala, que é a crise do capitalismo. Servirá para o  
16 movimento negro debater esses três temas pois tem grande influência no dia a dia de todos. Sair do  
17 denunciamento e apresentar um documento do movimento negro com posição em relação à conferência  
18 oficial, qual desenvolvimento quer para a população negra. O seminário acontece no RJ nos dias 14 e  
19 15 de abril, haverá um acampamento do movimento negro com a CONAQ, que se chama quilombo.  
20 Haverá diálogo com os ciganos assim como estamos dialogando com os nossos parentes indígenas.  
21 Dentro desse espaço da cúpula também haverá dois espaços interessantes, espaço das águas, para  
22 discutir a questão da água e um espaço ecumênico. Ressaltou a presença da SEPPIR tanto na  
23 conferência da ONU como na Cúpula dos Povos, porque a SEPPIR é uma luta de todos. Considera que  
24 garantir essa reunião do Movimento Negro nos dias 14 e 15 de abril na cidade do RJ e quererem  
25 dialogar com a SEPPIR nesse sentido. Saiu daí também uma convergência, uma articulação  
26 internacional para uma grande assembléia das mulheres do campo e mulheres rurais, em especial para  
27 as mulheres do fórum nacional e da AMB que é uma discussão com uma representante da África do  
28 Sul. Informou a dinâmica da programação e passou em seguida para o Aderbal Ashogun. **Aderbal B.**  
29 **Costa** - Aderbal Ashogun - (Comissão nacional dos povos de terreiros): informou que faz parte da  
30 Comissão Nacional dos Povos de Terreiros, da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e coordena o  
31 programa sobre ecologia e cultura de matriz africana desde a Eco 92. É educador ambiental, músico e  
32 desde 2009 participa do programa cultura viva, programa de maior abrangência em todo território  
33 nacional que fala de 3500 pontos de cultura e uma população de 8 milhões de pessoas, na sua maioria  
34 de identidade cultural de matriz africana, oriundos de povos de terreiros. Em 2010 fizeram uma  
35 articulação interministerial para que os povos tradicionais de terreiros fossem contemplados nas suas  
36 políticas como os povos da floresta, também os povos ciganos, que não são contemplados com política  
37 pública, são muito utilizados como folclore, como indivíduos ilustrativos, isso nos incomoda bastante,  
38 então nós viemos, em 2010 encontrar na Chapada dos Veadeiros em Goiás, com o secretário da CID e  
39 aí nós pleiteamos um seminário para que nós pudéssemos esclarecer e fornecer subsídio para o estado,  
40 para que possam ser implementadas essas políticas. Quando foi em setembro tivemos várias reuniões  
41 em Brasília, em setembro de 2010 nós fizemos o Encontro Diversidade no RJ, uma parceria com o  
42 MERCOSUL que nós tiramos como meta incluir os povos tradicionais de terreiro em conselhos, estão  
43 fora do conselho nacional de política cultural. Em 2011 realizaram uma oficina de elaboração de  
44 políticas culturais para os povos de terreiros, em dezembro com 300 lideranças de terreiro no  
45 Maranhão, foi uma oficina de elaboração. Em dezembro estiveram na SEPPIR onde discutiram como  
46 ter recursos, metas, também no plano nacional e discutiu como ter recursos para fazer as ações. Ano  
47 passado foram convidados a participar da Cúpula dos Povos e estabeleceram um acordo de trazer os  
48 povos de terreiro, que o movimento negro está muito complexo e queria que o movimento negro se  
49 aproximasse dos povos tradicionais de terreiro para que pudessem construir juntos, uma política que  
50 não fragmentasse as ações, fosse convergente a fazerem várias ações no sentido de construir a cúpula  
51 dos povos tradicionais de terreiro. **SR. FERNANDO LIRA (MMA):** - agradeceu pela oportunidade de  
52 participar da discussão junto ao conselho. Fez um panorama do processo da Rio + 20, onde começou

1 por uma proposta do então Presidente Lula, oferecendo o Brasil para sediar uma conferência 20 anos  
2 depois da Rio 92, que pudesse repensar os modelos, paradigmas, padrões de desenvolvimento que a  
3 gente tem hoje, avaliando o que nós avançamos nesse processo desde 92 para cá. A Conferência  
4 Rio/92, ela foi uma conferência muito associada à questão ambiental, ela ficou erroneamente famosa  
5 como Eco/92, o que dá uma referência muito de que a conferência se tratava de meio ambiente,  
6 quando na verdade, era uma conferência sobre o desenvolvimento e os acordos que emanaram dela  
7 ficaram também conhecidos como acordos ambientais, quando na verdade, são acordos da questão de  
8 mudança de clima, questão de biodiversidade, são questões que envolvem muitas questões de  
9 desenvolvimento de uma maneira mais ampla. Então a idéia da Rio + 20 é um pouco rever os modelos  
10 que a gente tem desenvolvido e foi com esse sentido que o Presidente Lula ofereceu o Brasil para  
11 sediar. Essa conferência, o Brasil é anfitrião, esse processo todo no Brasil tem se realizado, tem se  
12 desenvolvido desde que o Brasil ofereceu, mas é um processo que ele é coordenado, orientado  
13 conduzido pelas Nações Unidas, ou seja, ela é uma conferência das Nações Unidas com sede no Brasil.  
14 É mais ou menos como a gente oferecer a nossa casa para fazer uma festa de aniversário de um amigo  
15 e é esse amigo que vai convidar, esse amigo é que vai definir, se a festa é a fantasia, se a festa é a rigor,  
16 obviamente que você na condição de dono da casa, você tem um poder de influenciar o processo, mas  
17 é um processo e talvez a comparação não seja a mais feliz, mas na sua casa, você pode mandar um  
18 pouco mais. No caso da ONU, é uma conferência até fisicamente falando território, aonde o evento vai  
19 se realizar, ele passa a ser território da ONU; a segurança é da ONU; quem determina quem entra e  
20 quem sai é a ONU, isso é um padrão das conferências das Nações Unidas, mas isso é questão física e a  
21 questão de conteúdo também é definido pelas Nações Unidas. O Brasil ofereceu para fazer a  
22 conferência e Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou essa oferta do Brasil e disse: “está bom,  
23 aceitamos a proposta no Brasil e vamos discutir agora quais são os temas”, todos os países das Nações  
24 Unidas discutem quais são os temas que vão recheiar essa agenda da Rio + 20. No final do ano de 2010,  
25 uma resolução das Nações Unidas, aprovou a realização da Rio + 20 e determinou ainda, quais são os  
26 temas que deveriam fazer parte da Rio + 20. Tem um terceiro tema que eles falam “temas novos e  
27 emergentes” e aí cabe qualquer coisa, mas basicamente os dois temas principais da conferência são:  
28 Economia Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza e a  
29 Governança para o Desenvolvimento Sustentável. O que significam esses dois temas? Economia Verde  
30 é um tema que tem sido muito falado, mas para os países em desenvolvimento é muito importante  
31 relativizar, a discussão da economia verde só faz sentido dentro de um contexto mais amplo do  
32 desenvolvimento sustentável e com uma perspectiva primeira de erradicação da pobreza, então foi essa  
33 revitalização desse tema de economia verde que é um tema que tem sido mais divisivo do que  
34 inclusivo pela falta de uma definição consensual do que esse tema signifique, pela resistência de  
35 alguns países a sequer discutir a economia verde, entendendo que esse conceito é um conceito  
36 equivocado e que nem faz sentido discuti-lo e o tema de governança, é um tema de caráter mais  
37 burocrático, no sentido de que ele se refere àquelas caixinhas todas que estão dentro da ONU de que  
38 tipo de desenho institucional você tem dentro da ONU para tratar a questão do desenvolvimento  
39 sustentável. Esses são os grandes temas. Dentro desses temas, todos os países foram convidados a  
40 apresentar a ONU um conjunto de reuniões preparatórias, mas que culminaram com um processo de  
41 encaminhamentos que até novembro do ano passado todos os países deveriam apresentar as Nações  
42 Unidas suas contribuições, visões, expectativas e propostas para a Rio + 20, aliás, não só os países. Os  
43 grupos principais das Nações Unidas, o grupo da sociedade civil, as empresas, os organismos  
44 internacionais também foram chamados para fazer essa mesma contribuição. No contexto desse  
45 processo, o Brasil criou uma comissão nacional, que tem a participação de praticamente de todos os  
46 Ministérios. É uma comissão nacional que tem a participação de diversos setores da sociedade  
47 brasileira ou de praticamente de todos os setores da sociedade brasileira e tem ainda a participação dos  
48 estados, municípios, poder legislativo, poder judiciário e essa comissão veio trabalhando então os  
49 temas da Rio + 20. Foi essa comissão que orientou a redação do que vieram a ser as contribuições  
50 brasileiras para essa demanda das Nações Unidas, o Brasil tinha que preparar um documento. Era um  
51 documento que seria apresentado as Nações Unidas, refletindo visões, expectativas e propostas para a  
52 Rio + 20, foi feito no dia 1º de novembro de 2011, o Brasil apresentou a ONU um documento que

1 reflete as visões que o país tem em relação ao que espera da Rio + 20. Esse documento, é um  
2 documento que foi discutido amplamente dentro da comissão nacional. É um documento de governo,  
3 mas que incorporou as visões de todos os atores da sociedade brasileira, representados na comissão, a  
4 própria comissão nacional ou os próprios atores da sociedade brasileira, não necessariamente  
5 concordam com tudo o que está ali, mas também se procurou que fosse um documento de consenso e  
6 em particular destaque, a questão racial foi incluída nesse documento brasileiro. Foi um destaque  
7 bastante grande dentro dos temas que eram importantes para a sociedade brasileira. O Brasil fez esse  
8 documento que são as contribuições brasileiras e que está sendo providenciada a distribuição, que é o  
9 documento que o Brasil preparou e que reflete as questões que são importantes para o país dentro  
10 dessa discussão do desenvolvimento sustentável, a questão racial está lá com destaque de maneira  
11 bastante evidente, não está permeada como questão transversal. Está colocada como uma questão  
12 presente e importante das visões da sociedade brasileira. Todos os países que apresentaram esse  
13 documento geraram esses insumos que o secretariado da ONU procurou consolidar e traduzir nesse  
14 outro documento, esse sim, é o documento da ONU, que é o que se chama “rascunho zero”, que é o  
15 primeiro rascunho zero do que seria o documento, produto final da conferência e esse documento tem  
16 como título “O Futuro que Queremos”. Esse documento, é o documento que o secretariado das Nações  
17 Unidas falou: - Olha, juntando tudo o que a gente recebeu, a gente vai tentar traduzir isso e ter uma  
18 síntese das visões e expectativas dos países em relação à questão do desenvolvimento sustentável. Esse  
19 documento sobre a perspectiva do governo brasileiro, é um documento que ele reflete várias questões  
20 importantes para o Brasil, não refletem todas e a questão racial é uma, pois não está refletida no  
21 documento das Nações Unidas e é um documento que mesmo aquilo que está ali, ele não está  
22 contemplado com a ambição que nós gostaríamos que tivesse, mas a verdade também é que o  
23 secretariado procura fazer uma leitura de tudo e tentam ser isentos no máximo possível, mas sabendo  
24 também que não dá para puxar muito a corda para um lado e para outro, porque há questões que  
25 realmente são incontornáveis para alguns blocos de países. Esse rascunho zero é um documento que  
26 tem sido negociado no processo internacional. Esse documento foi lançado em janeiro e já houve duas  
27 rodadas de negociações sobre esse documento. Uma primeira rodada foi em janeiro e a outra está  
28 sendo agora, ela se encerra e hoje. E o que está acontecendo nessa discussão? Os países tentam agora,  
29 a partir daquele rascunho zero, incidir sobre esse documento e colocar as questões que são importantes  
30 e que ficaram esquecidas. Se a questão racial não entrou especificamente no rascunho zero, já há  
31 vários países pontuando que ela deveria entrar e nesse processo de negociação, isso tem avançado e há  
32 uma sensibilidade grande no sentido de que essa questão seja colocada, portanto, a gente tem uma  
33 expectativa de que a partir dessa rodada de negociações ainda está havendo uma discussão processual,  
34 se a gente vai ter e o secretariado da ONU vai gerar um novo rascunho que seria um rascunho um ou  
35 se geraria um documento consolidado com todas as posições. O problema que o documento  
36 consolidado de um documento que é esse do rascunho zero que vocês tem aí com 19 páginas, o  
37 documento já está com 160 páginas, exatamente para contemplar as diversas visões. É uma lista de  
38 compras, cada país quer colocar aquilo que é importante para ele, colocar as questões que são  
39 importantes, mas a gente espera que essa questão possa ser devidamente contemplada e ao longo do  
40 processo, a gente vai discutir dentro do processo de negociação para a Rio + 20, o que, que é que se  
41 espera e o que se pode alcançar? Então essa é uma questão que o Brasil tem acompanhado de perto. O  
42 Brasil é o Presidente da conferência e nessa condição, o Brasil tem o maior interesse possível que o  
43 documento seja ambicioso, seja focado e seja bem sucedido, porque afinal das contas é o nome do  
44 Brasil que fica associado no processo, portanto, a gente quer que seja um documento bom, mas  
45 reconhecendo que é um documento sobre o qual a gente tem pouca governança. É um documento que  
46 o resultado é essencialmente o que cerca de 200 países quiserem, essencialmente são os países que  
47 decidem, logo, o que sair no documento, independentemente do Brasil querer ou não querer, é o que os  
48 países querem. A gente tem participado das negociações, o Brasil tem tentado influenciar. O Brasil está  
49 tendo uma posição que se espera que ele seja ponte, porque o Brasil já não é mais um país tão pobre,  
50 mas também não está lá no bloco dos ricos, portanto, o Brasil pode ser essa ponte do país do sul e do  
51 país do norte, o que é uma posição privilegiada. Agora sobre um outro olhar, os do sul dizem que a  
52 gente joga o jogo do norte, os dos nortes dizem que a gente joga o jogo do sul, então assim, a posição

1 privilegiada também sobre outra leitura é uma composição complexa politicamente, mas o Brasil tem  
2 trabalhado e esse papel todo tem sido conduzido pelo Itamaraty, que tem conduzido as negociações e  
3 as propostas e visões brasileiras para o processo internacional. Agora tem um outro processo associado  
4 a Rio + 20, que é tão ou mais importante do que ele, que é o processo nacional e a nossa Ministra, ela  
5 gosta sempre de dizer que independentemente do resultado do processo internacional, o importante é  
6 que o Brasil se beneficie da Rio + 20. O fato de este Conselho estar aqui discutindo a Rio + 20 e a Rio  
7 + 20 ser parte das preocupações do Conselho, talvez acontecesse em qualquer situação onde fosse a  
8 conferência, mas o fato da conferência se realizar no Brasil gera uma dinâmica, um interesse, uma  
9 expectativa e uma necessidade de inserção muito maior do que se essa conferência fosse na Coréia,  
10 então essa é uma questão que a gente tem que reconhecer e que é importante que ela seja recepcionada  
11 e que a gente possa entender como é que esse processo chamado de Legado Nacional, pode se traduzir  
12 dentro da questão da Rio + 20. E nesse sentido, a Casa Civil por meio da Ministra Gleisi tem  
13 conduzido algumas reuniões de coordenação para tentar discutir o que a sociedade brasileira pode se  
14 beneficiar da Rio + 20. O que é em termo de legado que pode significar para o Brasil ao fazer as suas  
15 opções por modelo de desenvolvimento que possam ser traduzidos? Nesse sentido, o documento  
16 brasileiro, contém elementos muito importantes que são documentos que é a visão do país. Ali estão  
17 refletidas crenças do país, visões do país e se elas não forem internalizadas no processo internacional,  
18 elas podem ser internalizadas no processo nacional. O Brasil tem grandes desafios nessa área, como  
19 modelo de desenvolvimento para o nosso país. É nesses termos que tem tentado trabalhar e construir o  
20 que se chama de legado da Rio + 20 para o nosso país, é tentar entender como que pode ter um modelo  
21 de desenvolvimento que possa internalizar uma discussão que seja de caráter social. Que seja de  
22 caráter ambiental, que seja de caráter econômico e que essas três vertentes estejam agindo de maneira  
23 integrada. Para o Ministério do Meio Ambiente essa discussão da sustentabilidade, ela faz parte da  
24 nossa agenda há muito tempo, mas para muitos órgãos de governo, para muitos atores da sociedade  
25 essa é uma discussão nova. Há atores que enxergavam a questão econômica de uma maneira muito  
26 separada. Há atores sociais que também vêem as questões sociais de maneira muito distinta e  
27 diferenciada da questão do desenvolvimento como um todo, dessa forma, o grande desafio dessa  
28 discussão hoje no país é fazer com que a gente tenha uma discussão de país, pois como é que a gente  
29 pode ter um modelo de desenvolvimento que ao mesmo integre essas três dimensões? Deste modo,  
30 esse é o grande desafio que a gente tem na mesa e é um desafio do governo brasileiro com a  
31 participação da sociedade brasileira e é com essa expectativa que a gente tem tentado trabalhar. Como  
32 parte desse processo nacional tem acontecido um grande número de debates, iniciativas, eventos,  
33 publicações, estudos, workshops e tudo isso de alguma maneira tem que ser analisado, tem que ser  
34 visto e recepcionado pela sociedade brasileira e pelo governo brasileiro de forma a compor o que é  
35 uma proposta de desenvolvimento do país. Dessa forma, é nesse sentido que a Casa Civil está se  
36 estruturando para recepcionar e construir o legado da Rio + 20 para o país. Independentemente ainda  
37 disso tudo, tem o chamado processo da sociedade civil, que é um processo que acontece com ou sem a  
38 presença do governo, independentemente da presença do governo, que é um processo que se traduz por  
39 meio de eventos, por meio de debates, por meios de painéis, por meio de exposições e tem todo um  
40 conjunto de ações sendo planejadas, tem o comitê facilitador da participação da sociedade civil na Rio  
41 + 20 que está estruturando a participação da sociedade civil. No Aterro do Flamengo vai ter um grande  
42 espaço. Tem também um espaço que o Ministério do Desenvolvimento Social está criando, que é  
43 Arena Sócio Ambiental, que é um espaço que está sendo criado para promover um conjunto de debates  
44 e diálogos, envolvendo governo e sociedade civil com nomes da sociedade brasileira e estrangeira que  
45 possam participar desse debate, então é um espaço que está sendo organizado pelo Ministério do  
46 Desenvolvimento Social, mas que ele vai estar próximo a Cúpula dos Povos, exatamente para permitir  
47 que haja esse nível de interação. Ali na Cúpula dos Povos também nesse espaço da Arena Sócio  
48 Ambiental, todo um conjunto de debates vão acontecer, vai ter milhões de discussões sobre  
49 perspectivas do desenvolvimento sustentável no país sobre uma ótica Sócio Ambiental, logo, isso  
50 também é um espaço de discussão e eu não tenho agenda desse espaço, mas tem muita coisa que está  
51 acontecendo, muita coisa que certamente vários de vocês aí vão estar envolvidos e vão estar  
52 acompanhando. Deste modo, o processo da Rio + 20, é um processo que ele é amplo por natureza. O

1 tema é amplo e a discussão do ponto de vista da sociedade é ampla, não necessariamente o que  
2 acontece no Rio e que seja importante, mas o que acontece em Brasília, o que acontece em São Paulo,  
3 o que acontece em Salvador, tudo isso é igualmente importante e faz parte dessa reflexão e a sociedade  
4 brasileira tem muitas pessoas irem lá no Rio de Janeiro em junho. O Ministério do Meio Ambiente  
5 optou em concentrar tudo o que quer discutir sobre a Rio + 20 sob a ótica ambiental no início de junho,  
6 na semana do meio ambiente. O dia 5 de junho é o dia mundial do meio ambiente, vai trabalhar as  
7 questões, os debates, as discussões, as propostas que a Presidenta da República do ponto de vista da  
8 questão ambiental que aconteçam fora do espaço da Rio + 20, porque ela vai ser tão grande, tão  
9 enorme do ponto de vista de pessoas, de temas e qualquer coisa que a gente fizesse lá tenderia a se  
10 perder, essa opção por trabalhar a semana do meio do ambiente. A Rio + 20 não se resume ao Rio de  
11 Janeiro e ao período de 13 a 22 de junho, mas tem um processo de discussão com a sociedade  
12 brasileira. Após a apresentação e as considerações das Conselheiras e Conselheiros passou para o  
13 próximo ponto de pauta. **Item 08 – REUNIÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES:** Foram  
14 apresentados os relatórios das Comissões Permanentes pelos seguintes relatores: **1- Promoção e**  
15 **Defesa dos Direitos da Juventude Negra – SR. CLÉDISSON GERALDO DOS SANTOS**  
16 **JÚNIOR:** Nessa reunião dividimos em duas pautas as nossas discussões, uma sobre a Rio+ 20 e a  
17 segunda sobre a agenda da juventude negra e violência, a partir de uma sala de situação de gestores do  
18 governo federal, o plano nacional de enfrentamento à mortalidade da juventude negra. Nessa dinâmica,  
19 a partir do debate da Rio+ 20, evidenciou que há uma presença insipiente das organizações de  
20 juventude negra no processo dessa atividade do dia 15 de abril no Rio de Janeiro. A Maraísa deu o  
21 informe sobre as ações que estão sendo pensadas pelo CONJUVE. Ficou muito nítido que há uma  
22 gama de atividades pensado pelo CNJ no sentido de debater juventude e sustentabilidade, mas que não  
23 faz um recorte da questão étnico racial. Sobre a agenda da juventude negra na violência, o debate se  
24 centrou muito no fato de que ao construir essa política, esse programa, tem sido feito um debate muito  
25 profícuo com o conjunto dos gestores públicos do governo federal e parcelas de representantes do  
26 movimento social, o hip hop, CONJUVE, CNPIR e outros setores. A sociedade civil só terá acesso ao  
27 conjunto do programa já pronto, as diretrizes, as ações e as estratégias. Há uma avaliação de que isso é  
28 insipiente no sentido de que isso é importante que a sociedade civil brasileira se aproprie do debate  
29 conceitual do que é esse plano, a comissão da juventude do CNPIR e o próprio CNPIR emitir uma  
30 nota, uma resolução ou uma minuta acerca dos encaminhamentos a serem dados e construir uma  
31 formulação sobre esse debate; **2 - Acompanhamento de Políticas e do Ciclo Orçamentário - GT de**  
32 **Acompanhamento do Plano Brasil sem miséria – Conselheiro Altair Lira:** Os componentes são:  
33 Altair Lira, Cleide de Almeida, professor Eduardo de Oliveira, Eunice, Leia Bezerra, Francisco das  
34 Chagas, João Carlos, Maria Helena, Maria do Rosário e Vera Regina. Fizeram uma avaliação do  
35 planejado em janeiro, 10 objetivos e estão acompanhando o Plano Brasil sem Miséria. Na próxima  
36 reunião trazer os representantes da área de planejamento ou relacionado aos Ministérios para uma fala  
37 entre 10 a 15 minutos, uma exposição de itens que estão relacionados à agenda transversal. É  
38 importante que o representante do Ministério venha dialogar com o Pleno do CNPIR e que as nossas  
39 funções seja acompanhar e monitorar esse processo. O item 2 – Capacitação da Comissão, de  
40 monitoramento, de avaliação de orçamento, através do sistema SOF, os cursos on-line que tem nessa  
41 parte de monitoramento e avaliação, trazer duas pessoas no MDS, uma para falar do Plano Brasil Sem  
42 Miséria, voltada para a questão quilombola e a outra, para trabalhar os dados mais gerais, é importante  
43 que a gente tenha uma visão geral do plano, mas específico na comunidade quilombola; **3- Atos**  
44 **Normativos; 4- Povos e Comunidades Tradicionais e Liberdade Religiosa – Conselheira Sofia**  
45 **Débora:** A comissão procedeu à leitura do relatório da reunião anterior, a qual apresentaram algumas  
46 propostas, tiveram a presença do Aderbal Ashogun, que socializou um pouco da proposta de  
47 participação dos povos tradicionais de terreiro na Cúpula dos Povos da Rio + 20. Item 1: Foi analisada  
48 e procedida à aprovação pela comissão do texto de moção de repúdio do CNPIR/SEPPIR a presidência  
49 da República ao ato terrorista contra escola Judaica Ozar Hatorah, em Toulouse, na França, sugerida  
50 pela Conselheira Sofia Débora na Plenária de ontem. Esse documento foi redigido pela Conselheira  
51 Sofia Débora, Edson França e Valdice Gomes, conforme constituída essa comissão ontem. Foi passada  
52 uma cópia para apreciação da Ministra e fez a leitura da moção de repúdio. “Conselho de Promoção da

1 Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da  
2 República manifesta o seu repúdio ao ato terrorista ocorrido em 19 de março de 2012, na cidade de  
3 Toulouse, França, contra a Escola Judaica Ozar Hatorah, que deixou feridos e vítimas fatais. Frente a  
4 esse episódio, este Conselho, manifesta-se contrariamente a toda e qualquer forma de discriminação  
5 racial e de intolerância religiosa, a qualquer tempo e lugar. Brasília, 26 de março de 2012. Com a  
6 leitura, colocou para apreciação e aprovação desse Pleno para encaminhamento e publicação dessa  
7 moção”. Item 2, encaminhamentos solicitados pela comissão, pela nossa comissão sobre as questões  
8 relativas ao povo cigano. As solicitações das reuniões anteriores de 2011 foram encaminhadas, mas  
9 ainda aguardam respostas. Não houve avanço nesse item, desde a reunião anterior em janeiro de 2012.  
10 Item 3: Aguardam resposta sobre a reunião de avaliação do plano de trabalho do CNPIR para 2012,  
11 para qual esta comissão indicou a conselheira Dina Lopes, conselheira suplente do CNPIR pelo MDA  
12 para compor esse grupo de trabalho. Item 4: Alteração do CNPIR de caráter consultivo para  
13 deliberativo que já foi discutido aqui na reunião anterior, aguardam resposta, conforme manifestação  
14 do Pleno CNPIR ao final dos trabalhos da 33ª Reunião Ordinária. Item 5: Reiteramos as nossas  
15 sugestões apresentadas, até o momento sem resposta, a saber: após apreciação da proposta de trabalho  
16 de janeiro a dezembro de 2012, a comissão propõe: acompanhamento da execução das políticas  
17 públicas da agenda transversal da promoção da igualdade racial; acompanhar em conjunto com os  
18 demais Conselhos, a execução das ações transversais PPA 2012/2015; a participação do CNPIR no  
19 comitê gestor do programa Brasil Quilombola; Item 5: Disponibilizar para os conselheiros do CNPIR,  
20 a realização de cursos de capacitação e monitoramento de políticas públicas; Reiteram a sugestão de  
21 envio de material de apoio ao CNPIR com prazo mínimo de 7 dias úteis a todos os conselheiros para  
22 fins de apreciação minuciosa de assuntos a serem abordados nas reuniões. Por último, reiteram as  
23 sugestões de realização de reuniões dos conselheiros e conselheiras da sociedade civil, antes do início  
24 dos trabalhos das comissões da Plenária geral, após abertura das reuniões ordinárias. **5- Proteção e**  
25 **Defesa dos Direitos das Mulheres Negras – Ana José Alves – FNMN (suplente):** Justifico a ausência  
26 da conselheira Julia que saiu para viagem e também agradecer ao apoio da Mônica. Dentro do projeto  
27 maior das 100 mil mulheres negras, pensar o projeto político das mulheres negras para o Brasil, dentro  
28 da estratégia, realizar dois encontros em 2012; 03 encontros em 2013. De imediato, nós já temos  
29 programado o encontro da região Centro Oeste, encontro de mulheres negras, o qual já tem um  
30 convênio com a SEPPIR, nos dias 25, 26 e 27 e a proposta desse encontro que já está programado e já  
31 está para acontecer, a gente já fazer esse encontro piloto para as demais regiões do Brasil. Mulheres  
32 negras que participam de Conselhos estaduais, municipais, respeitando também as suas organizações;  
33 mulheres negras de movimento LGBT, direitos humanos, movimento saúde, pastorais, enfim, a gente  
34 está englobando todo esse contexto para mobilização e parcerias também. Atividades: realizar uma  
35 oficina de trabalho para discussão do programa e formação da proposta de ações direcionada as  
36 mulheres negras a serem contempladas no programa. O quarto, qual é a ação? Promover a participação  
37 das mulheres negras em Conselhos de formulação e controle social de políticas públicas, ou seja,  
38 comissão de mulheres vai dialogar com a comissão de fomento. A sugestão é a seguinte; **6- Fomento à**  
39 **Criação e ao Fortalecimento de Conselhos – Conselheiro Edson França -** fizeram avaliação da  
40 última reunião, consideraram a agenda de visita aos Estados positiva e que contribuiu bastante com a  
41 mobilização para instituir o Conselho e também para participar do Encontro Nacional de Conselhos de  
42 Promoção da Igualdade Racial dos Estados e Municípios. Informou da reunião no Ceará que contou  
43 com as presenças do Sergio Pedro e da Makota Celinha. Disse que a proposta é que dois conselheiros  
44 devem acompanhar as reuniões. Um dos critérios para a participação no Conselho do encontro  
45 nacional de Conselhos, é que o estado tenha Conselho de Igualdade Racial instituído ou assine um  
46 termo de compromisso dizendo que vai implantar esse Conselho. No caso dos municípios é obrigado  
47 ter o Conselho para participar. Nessa reunião do Ceará a mobilização da sociedade civil foi muito  
48 frágil. A SEPPIR garante a agenda e a mobilização do gestor e os conselheiros vão atuar para mobilizar  
49 a sociedade civil nos dias das reuniões. Primeiro a questão do SINAPIR. Considerando que o Sistema  
50 Nacional da Igualdade Racial, SINAPIR se apresenta como uma importante alternativa de  
51 consolidação do estado que leve em consideração a necessidade de assegurar a equidade de direitos a  
52 todos os seus cidadãos; Considerando que a implementação do SINAPIR requer que os estados e



1 municípios estejam comprometidos com a implementação da política de promoção de igualdade racial  
2 que atenda o estabelecido na lei 12.288 que institui o estatuto da igualdade racial; Considerando que o  
3 estado prevê a instalação de Conselhos e que o estatuto da Igualdade Racial prevê a criação de  
4 Conselhos nos âmbitos estaduais e municipais como elemento importante na constituição do  
5 SINAPIR; Considerando estruturar os Conselhos de Promoção da Igualdade racial para acompanhar e  
6 monitorar as ações do SINAPIR. A partir dessas considerações, foi proposto o encontro. Primeiro, o  
7 objetivo geral do encontro é realizar o Encontro Nacional de Conselhos da Igualdade Racial, buscando  
8 a implantação do SINAPIR. Ele é um elemento que vai contribuir com a implantação. Os objetivos  
9 específicos são: 1) contribuir para o fortalecimento dos Conselhos estaduais e municipais de igualdade  
10 racial; 2) pautando as agendas dos estados e municípios, a constituição de Conselhos de igualdade  
11 racial. Consideram como produto tanto esse processo preparatório como os impactos, pautando as  
12 agendas dos estados e municípios, a constituição de Conselhos de igualdade racial é o objetivo  
13 específico do encontro; 3) Aprimorar as políticas de promoção da igualdade racial nos estados e  
14 municípios; 4) Articular os Conselhos de igualdade racial com o fórum intergovernamental de  
15 promoção de igualdade racial (FIPIR); 5) Constituir o fórum nacional de Conselhos de igualdade  
16 racial. Esses são os objetivos específicos que estão sendo apresentados para o encontro. Proposta de  
17 data, nos dias 25, 26 e 27 de maio. Propõe uma meta de 300 participantes, distribuídos da seguinte  
18 forma: 02 membros de Conselhos da igualdade racial de cada estado; 02 membros de Conselhos  
19 municipais da igualdade racial das capitais, são 27 estados e Distrito Federal e 27 capitais; o Pleno do  
20 CNPIR, governo e sociedade civil, titular e suplente. Esses três dão um quantitativo de 106 pessoas e  
21 estão propondo também complementar o número com a presença de municípios pólos. Falta ainda  
22 construir de fato o encontro. 7- **Comunicação e Informação – GT de Articulação do Ano**  
23 **Internacional do Afrodescendente. Item 09 – ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES:** Foi  
24 aprovado e deliberado as seguintes propostas: Moção de Repúdio proposto pela Conselheira Sofia  
25 Débora: **MOÇÃO DE REPÚDIO N.º 004, DE 27 DE MARÇO DE 2012.** O Conselho Nacional de  
26 Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, reunido na sua Trigésima Quarta Reunião Ordinária,  
27 realizada nos dias 26 e 27 de março de 2012, no uso de suas competências regimentais e atribuições  
28 conferidas pela Lei n.º 10.678, de 23 de maio de 2003, pelo Decreto n.º 4.885, de 20 de novembro de  
29 2003 e pelo Decreto n.º 6.509, de 16 de julho de 2008, repudia o ato terrorista ocorrido em 19 de  
30 março de 2012, na cidade de Toulouse, França, contra a Escola Judaica Ozar Hatorah, que deixou  
31 feridos e vítimas fatais. Frente a esse episódio, este Conselho, manifesta-se contrariamente a toda e  
32 qualquer forma de discriminação racial e de intolerância religiosa, a qualquer tempo e lugar. Plenário  
33 do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIR, em sua Trigésima Quarta Reunião  
34 Ordinária; Moção de Repúdio proposto pelo Conselheiro prof. Eduardo Oliveira: **MOÇÃO DE**  
35 **REPÚDIO N.º 005, DE 27 DE MARÇO DE 2012.** O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade  
36 Racial – CNPIR, reunido na sua Trigésima Quarta Reunião Ordinária, realizada nos dias 26 e 27 de  
37 março de 2012, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei n.º 10.678,  
38 de 23 de maio de 2003, pelo Decreto n.º 4.885, de 20 de novembro de 2003 e pelo Decreto n.º 6.509,  
39 de 16 de julho de 2008, repudia ao ato de violência resultando no assassinato do líder metalúrgico e ex-  
40 Secretário Executivo de Coordenação Governamental da Prefeitura da Cidade de Guarujá, São Paulo,  
41 Ricardo Joaquim Augusto de Oliveira, no dia 08 de março de 2012. Assim, este Conselho, repudia este  
42 ato cruel, ao tempo em que envia as condolências à família do Senhor Ricardo Joaquim Augusto de  
43 Oliveira. Plenário do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIR, em sua Trigésima  
44 Quarta Reunião Ordinária; Recomendação N.º 4 – 1º Encontro Nacional de Conselhos Estaduais e  
45 Nacionais: **RECOMENDAÇÃO N.º 004, DE 17 DE AGOSTO DE 2011.** O Plenário do Conselho  
46 Nacional de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIR, em sua Trigésima Primeira Reunião Ordinária,  
47 realizada nos dias 16 e 17 de agosto de 2011, no uso de suas competências regimentais e atribuições  
48 conferidas pela Lei n.º 10.678, de 23 de maio de 2003, pelo Decreto n.º 4.885, de 20 de novembro de  
49 2003, e pelo Decreto n.º 6.509 de 16 de julho de 2008, e Considerando a Lei n.º 12.288, de 20 de julho  
50 de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, em seu Artigo 49, Seção 3º e Artigo 50, Capítulo  
51 III, Título III do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR. Considerando a  
52 implementação das políticas públicas de promoção da igualdade racial pela Secretária de Políticas de

1 Promoção da Igualdade e prevendo uma forma de maior integração da mesma com organismos  
2 similares nas diversas esferas da administração pública. Considerando a implementação do SINAPIR  
3 requerer que os estados e municípios estejam comprometidos com a Política de Promoção da  
4 Igualdade Racial com a criação de conselhos nos âmbitos estaduais e municipais como elemento  
5 importante na constituição do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Recomenda a  
6 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade da Presidência da República a realização do 1ª  
7 Encontro Nacional de Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, nos dias 25, 26 e 27 de maio de  
8 2012, em Brasília, Distrito Federal. Plenário do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade  
9 Racial/SEPPIR, em sua Trigésima Primeira Reunião Ordinária; Recomendação Nº 5 - Seminário Rio  
10 +20 do Movimento Negro: **RECOMENDAÇÃO Nº 05, DE 27 DE MARÇO DE 2012.** O Plenário do  
11 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, em sua Trigésima Terceira Reunião  
12 Ordinária, realizada nos dias 26 e 27 março de 2012, no uso de suas competências regimentais e  
13 atribuições conferidas pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, pelo Decreto nº 4.885, de 20 de  
14 novembro de 2003, e pelo Decreto nº 6.509 de 16 de julho de 2008, e Considerando que o Brasil  
15 receberá, no Rio de Janeiro, de 18 a 22 de Junho, a Conferência das Nações Unidas para o  
16 Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20. Considerando que o governo brasileiro promoverá  
17 momentos de diálogos entre governo e sociedade civil. Considerando que haverá durante o Encontro  
18 dos Chefes de Estados o Fórum Paralelo da Sociedade Civil, denominado Cúpula dos Povos.  
19 Considerando que o Movimento Negro Brasileiro organizará um seminário preparatório para organizar  
20 a participação de negros e negras na Conferência Rio + 20 e na Cúpula dos Povos. Recomenda a  
21 Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade da Presidência da República o apoio à realização do  
22 Seminário do Movimento Negro, que ocorrerá dias 14 e 15 de abril, no Rio de Janeiro. Plenário do  
23 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR/PR, em sua Trigésima Primeira Reunião  
24 Ordinária. **Item 10 – ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Presidenta do CNPIR,  
25 **Ministra Luiza Bairros**, encerrou os trabalhos da 34ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
26 Promoção da Igualdade Racial.